

# Tudo pelo crescimento

O presidente Fernando Henrique Cardoso voltou a afirmar, ontem, que a economia crescerá no mínimo à taxa de 4% no próximo ano. O conjunto de medidas para reduzir o spread bancário (taxa de risco que os bancos cobram nos contratos de empréstimos) que o próprio Presidente anunciou em solenidade no Palácio do Planalto é parte do que o Governo acredita que pode fazer para garantir a retomada da atividade econômica a um ritmo persistente e sustentável.

“A filosofia é não deixar de fazer nada que for possível fazer”, resumiu o presidente do Banco Central, Armínio Fraga, durante a apresentação das medidas na sede do BC. Ele ressaltou, entretanto, que ainda não é possível medir o impacto sobre a evolução do Produto Interno Bruto (PIB) das decisões que,

por exemplo, zeraram o compulsório dos bancos nos depósitos a prazo e equipararam o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) cobrados das pessoas físicas, que era de 6%, à alíquota de 1,5% cobrada das empresas.

Armínio explicou que as medidas destinadas a reduzir a burocracia bancária e aumentar o volume de informações sobre a qualidade dos clientes e da demanda por crédito produzem efeitos ao longo do tempo.

Não seria razoável esperar, sublinhou, a retomada do crescimento sustentável da economia com “uma intermediação financeira cara e restritiva” como a revelada pelos estudos do BC sobre a formação dos altos spreads e juros cobrados dos brasileiros.

O objetivo principal das 20 medidas propostas pelo BC é o de aumentar o interesse dos bancos pelo mercado clássico de crédito e, com o aumento da competição, baratear o custo das operações para o tomador final, seja ele uma empresa ou o consumidor de um bem qualquer que possa ser comprado à prestação. A ampliação da base de cobertura do cadastro do bom cliente (a Central de Risco do Banco

Central, uma espécie de SPC às avessas) aumentará as informações disponíveis sobre a qualidade da clientela e, espera o Governo, diminuirá a taxa de juros cobrada dos bons pagadores.

Os estudos realizados pelo BC documentaram aquilo que já se sabia: os bancos brasileiros emprestam pouco e por isso têm um custo administrativo alto, que acaba afetando o spread e os juros que praticam. Isso ocorre porque

é alto o risco de um empréstimo não ser honrado, o que faz com que os bons clientes sejam punidos com juros elevadíssimos para compensar aqueles que não irão pagar seus empréstimos, seja simplesmente não pagando mesmo, seja recorrendo à Justiça para discutir, durante um demorado processo, o valor da dívida contraída.

Em virtude da baixa previsibilidade do sistema de justiça (os banqueiros costumam dizer que é quase impossível receber judicialmente uma dívida no Brasil), o sistema financeiro concentra suas operações em títulos do Governo (que também é mau pagador, mas oferece prêmios compensadores) e atua apenas lateralmente no mercado que, afinal, é a

razão de existir do sistema. Durante uma conversa com jornalistas, Armínio Fraga lembrou que a taxa histórica média de retorno do capital em um país como os Estados Unidos, medida ao longo de cem anos, se situa em torno de 6%, um percentual considerado bom e apropriado, enquanto no Brasil o spread bancário se encontra hoje no patamar de 62% ao ano.

O desafio que o Governo aceitou enfrentar para corrigir esse tipo de distorção, admitiu Armínio, é o de persuadir a sociedade que medidas que parecem duras se destinam unicamente a beneficiá-la. É o que acontecerá, por exemplo, com a criação da Cédula de Crédito Bancário, um título de trâmite judicial mais simples. Os empréstimos através desse instrumento poderão ser resgatados de forma tão rápida quanto o são as duplicatas. A idéia, assim, é aumentar a oferta de financiamento barato para a compra, por exemplo, da casa própria, um mercado praticamente inexistente no País.

O risco de quem financiar um imóvel nessas condições, e não honrar as parcelas, é o de ser obrigado a devolvê-lo, da mesma forma que acontece com quem compra um carro e não paga as prestações. A maior certeza de que não tomará calote reduzirá o custo dos empréstimos e beneficiará os consumidores de modo geral. A persistência do cenário atual, ao contrário, continuaria a beneficiar quem não cumpre contratos e a impedir, na visão do Governo, o desenvolvimento de um mercado de crédito capaz de aumentar o consumo e viabilizar, no fim do ciclo, aquela taxa de 4% de crescimento econômico mencionada pelo presidente da República.